



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

SISTEMA
ELETRÔNICO
DE REVISTAS
SER | UFPR

www.ser.ufpr.br

Dez anos de r-existência da Reserva Extrativista de Canavieiras (BA): análise dos conflitos inerentes à reprodução social e política das suas comunidades tradicionais

Ten years of r-existence of the Canavieiras Extractive Reserve (BA): analysis of the conflicts related to the social and political reproduction of their traditional communities

Raquel de Carvalho DUMITH^{1*}

¹Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

* E-mail de contato: raqueldumith@gmail.com

Artigo recebido em 2 de abril de 2018, versão final aceita em 29 de agosto de 2018.

RESUMO: Desde o final dos anos 1960, a questão ambiental começa a ganhar nova qualidade com a emergência dos movimentos populares, evidenciando que a crise ambiental é uma faceta da crise epistêmica e política, marcada pela colonialidade do saber e do poder. Neste artigo será destacado o movimento das comunidades tradicionais do estado do Acre, sob a liderança de Chico Mendes, que deixaram registrados embates emblemáticos ao lutar pela criação das reservas extrativistas, que seria a reforma agrária dos seringueiros. Após, será feito um recorte para destacar a Reserva Extrativista de Canavieiras – um território composto por comunidades extrativistas tradicionais (maioritariamente, pescadores artesanais) –, localizada no sul do estado da Bahia. Por haver um corpo gestor que se constitui em um sistema de diversas instituições e escalas, as comunidades pesqueiras precisam lutar constantemente pela liberdade de se (re)inventarem e para se (re)afirmarem enquanto população tradicional, r-existindo.

Palavras-chave: conflitos; território; Reserva Extrativista de Canavieiras.

ABSTRACT: Since the late sixties, environmental issues have been gaining new quality as social and popular movements emerged, making it evident that the environmental crisis is a facet of the epistemic and political crisis marked by coloniality of knowledge and power. This article highlights traditional communities from the State of

Acre's movement, under the leadership of Chico Mendes, which left emblematic impacts while fighting for the creation of reserves, which would be correspondent to the land reform for the rubber tappers. After that, the Canavieiras Extractive Reserve – a territory inhabited by traditional extractivist communities (mainly traditional fishermen communities) – located in South Bahia will be described. Because their management is made by a system of many institutions on different scales and levels, fishing communities have to fight constantly for their freedom to reinvent and reaffirm themselves as a traditional population, therefore r-existing.

Keywords: conflicts; territory; Canavieiras Extractive Reserve.

1. Introdução

Desde o final dos anos 1960, a questão ambiental começa a ganhar nova qualidade com a emergência dos movimentos populares. À guisa de estímulos e contextualização deste trabalho, é imprescindível destacar o movimento das comunidades tradicionais do estado do Acre que deixaram registrados embates emblemáticos ao lutar pela criação das *reservas extrativistas*, que seria a *reforma agrária dos seringueiros* (Porto-Gonçalves, 2003).

Esse movimento previa a resistência ao modelo exógeno de desenvolvimento e revolucionou os fundamentos filosóficos hegemônicos na matriz da racionalidade da moderna sociedade ocidental, ao associar dois termos que tradicionalmente se excluem: *exploração* e *conservação* dos recursos naturais (Porto-Gonçalves, 2003). De acordo com Porto-Gonçalves (2015), desde que as Resex foram criadas, em 1990, a presença de populações tradicionais passou a ser um incômodo para os gestores e técnicos estatais, quase sempre formados em perspectiva eurocêntrica e colonial.

Considerando que a palavra *razão* é europeia e ocidental¹, parece difícil falar-se em *outra* razão – que seria própria de outros povos e culturas (Chauí, 2001). Na tentativa de desprovincianizar a razão, Porto-Gonçalves (2006a) critica não a ideia de pensamento universal, mas sim a ideia de que há *um* (e somente um) pensamento universal: aquele produzido a partir de uma província específica do mundo – a Europa – e sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, que seria a segunda modernidade². Para promover essa desprovincianização e o reconhecimento de novos lugares de enunciação, é preciso trazer o espaço para dentro da história: “A visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades que conformam o mundo simultaneamente. Sucessão e simultaneidade, sucessões simultâneas, eis o espaço-tempo. O mundo não tem um *relógio*³ único” (Porto-Gonçalves, 2006a, p. 42).

É preciso, pois, romper com a matriz de pensamento e o evolucionismo eurocêntrico, os quais concebem cada lugar do mundo como se fora um determinado estágio da evolução europeia, o que só é possível

¹ Para Mignolo (2007), o “ocidente” tem muito mais um sentido em termos de geopolítica do conhecimento do que simplesmente em termos geográficos em si.

² A segunda modernidade seria a de fala inglesa, francesa e alemã. Já a primeira modernidade seria aquela de fala espanhola ou portuguesa (Porto-Gonçalves, 2006a). “Não nos esqueçamos, ainda, que Portugal e Espanha foram os dois primeiros estados territoriais, forma geográfico-política por excelência da sociedade moderno-colonial, e foi por meio desses dois estados que o mundo moderno-colonial escravista e racista se constituiu. A Terra (Geo) ganhou uma marca (grafia) – o meridiano de Tordesilhas – àquela época (1494) sancionando pela Igreja. Se o meridiano de Tordesilhas indicava a hegemonia ibérica nesse mundo moderno-colonial, o meridiano de Greenwich – nova grafia na terra – sinalizará a hegemonia da Europa norte-ocidental, inglesa sobretudo, agora não mais sancionada pela Igreja, mas pela Ciência” (Porto-Gonçalves, 2002, p. 43-44).

a partir de uma perspectiva teórica que toma o tempo como algo linear (o europeu) e ignora o espaço, enfim, uma perspectiva teórica que pensa a sucessão de eventos numa linha temporal unidirecional e ignora a simultaneidade constitutiva da história (espaço-tempo). **Pensar com o espaço implica admitir múltiplas temporalidades convivendo simultaneamente.** Sem considerar o espaço geográfico e a natureza, a clivagem constitutiva do ‘sistema-mundo moderno colonial’ desaparece e o mundo europeu emerge como se fora por autogeração e fruto de uma presumida superioridade, cuja legitimação sempre corre o risco de cair no racismo.

O mundo não é simplesmente um conjunto de regiões atrasadas (**pelo relógio de quem?**) à espera que chegue a modernização, como se o polo moderno (Europa) fosse o lado ativo e o resto do mundo o lado passivo do devir histórico (Porto-Gonçalves, 2006b, p. 16-17) (grifo meu).

Segundo Chauí (2001), a indeterminação das leis da natureza, a pluralidade de enunciados para um mesmo objeto e a pluralidade e reconhecimento de diferentes culturas foram alguns dos fatores que abalaram a razão eurocêntrica no último século. No que tange a conflitos alimentados por discursos que orientam as práticas na gestão dos recursos naturais, muitos podem ser vistos à luz dos processos de *commodification* da natureza. Como exemplo, o conceito de *maximum sustained yield* (produção máxima sustentada) é ainda amplamente usado na gestão pesqueira, onde as interações ecossistêmicas, a variabilidade ambiental e a diversidade de práticas tradicionais são ignoradas (Holling *et al.*, 1998). Essas incongruências são consequentes de uma visão mecanicista e fragmentada do mundo natural por muito tempo preponderante na ciência ocidental.

3 Ao redor de 1345, o tempo já estava dividido pelo sistema sexagenal (múltiplo de seis): minuto com sessenta segundos, hora com sessenta minutos e dia com 24 horas, dentro de um período anual de 365 dias (Porto-Gonçalves, 2006a). Esse marco abstrato de tempo dividido serviu ao usufruto das terras senhoriais: “Nos interstícios da sociedade feudal, a partir dos séculos X/XI e sobretudo do século XIII, cresce a burguesia mercantil, cuja riqueza é expressa em dinheiro, um bem móvel. Para a burguesia mercantil, a riqueza dependia da sua capacidade de empreender, de gerar cada vez mais dinheiro em circulação e esta é a sua razão de ser. À burguesia mercantil não interessa o ócio. Ao contrário, é da negação do ócio, do negócio, que ela vive: a preocupação de ampliar seus negócios impele a burguesia a se interessar pelo conhecimento das técnicas que tornem possível aumentar a gama de produtos que comercializa no mercado. A preocupação com a produtividade, sinônimo de eficácia do trabalho no universo burguês, expresso *pelo mais* (e não pelo melhor) que se produz numa determinada unidade de tempo, vai ser consagrada, sobretudo na Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX” (Porto-Gonçalves, 2006c, p. 110).

Ao serem considerados como contradição social em estado prático (Porto-Gonçalves & Cuin, 2013), os *conflitos* constituem um primeiro passo teórico-metodológico que, ao recusar qualquer lógica (seja do capital ou outra), podem expressar riqueza de possibilidades teóricas e políticas. Tomá-lo como um conceito central para análise dos processos sociogeográficos é fundamental na medida em que todo conflito é localizável no espaço e no tempo e, assim, permite identificar o movimento contraditório desigual da sociedade enquanto espaço geográfico (Porto-Gonçalves & Cuin, 2013).

Observando-se os conflitos sociais na América Latina, vê-se que, além dos protagonistas envolvidos nos marcos das contradições típicas do capitalismo, há forte presença de movimentos indígenas, de afrodescendentes e de camponatos que vêm lutando pelos seus direitos territoriais (Porto-Gonçalves, 2006d). Considerando que sociedade e território são indissociáveis – indo de encontro ao pensamento fragmentado, o qual opera por dicotomias –, o conceito de território obriga o abandono de um dos pilares do pensamento eurocêntrico: a separação de sociedade e natureza (Porto-Gonçalves, 2006d).

Nesse sentido, há múltiplas experiências que estão em curso no mundo que tensionam essa relação com o sistema-mundo capitalista moderno-colonial na medida em que o “sistema mundo capitalista que começa a ser desenhado com o colonialismo a

partir de 1492 vai enfrentar-se/confrontar-se com diferentes formas societárias com histórias próprias nos diferentes lugares/regiões do mundo ensejando histórias locais em tensão com o projeto global capitalista/colonial” (Porto-Gonçalves, 2015, p. 1).

Neste artigo, a história contada será sobre/a partir de um *território*, composto por *comunidades extrativistas tradicionais* – maioritariamente, *pescaadores artesanais* –, (con)sagrado como *Reserva Extrativista de Canavieiras* (Resex Canavieiras), localizada no sul do estado da Bahia (BA) (Figura 1).

A Resex abrange a totalidade da extensão litorânea do município de Canavieiras e parte do

litoral dos municípios de Belmonte e Una. Embora a criação da Resex Canavieiras no ano 2006 tenha representado uma importante vitória para os extrativistas, as comunidades tradicionais de Canavieiras vivenciam constantes embates no que tange à gestão do território e aos direitos assegurados por extrativistas em Resex, uma vez que o estatuto jurídico dessa categoria de UC prevê *desapropriação fundiária* para quem não é pertencente à comunidade tradicional e uma *gestão compartilhada* na forma de um conselho deliberativo, o qual será composto por instituições locais/regionais/nacionais de diversos fins e interesses.

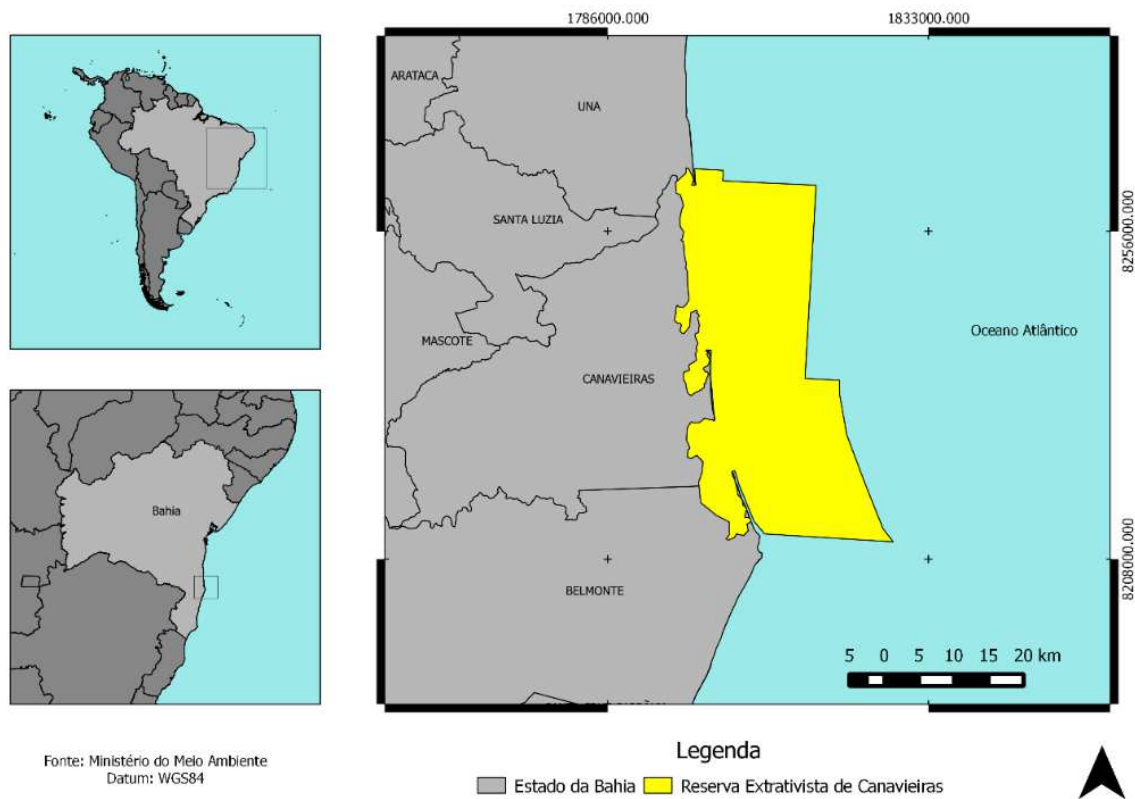


FIGURA 1 – Mapa de localização da Reserva Extrativista de Canavieiras.

FONTE: Dumith (2017).

Assim, o interesse de diferentes atores faz com que a Resex Canavieiras seja palco de conflitos onde encontram-se comunidades tradicionais, órgãos governamentais e não governamentais (ONGs), segmentos universitários, empresas privadas e moradores do município de Canavieiras favoráveis e contrários à existência da Resex. Prova da tensão que ocorre nesse território foi Projeto de Lei (PL) feito recentemente pela Câmara Municipal de Vereadores de Canavieiras, com apoio da Prefeitura, para o Tribunal Federal Regional de extinção da validade do Decreto que criou a Resex e posterior substituição da mesma por uma Área de Proteção Ambiental (APA) – categoria de Unidade de Conservação (UC) que não exige a desapropriação fundiária privada e nem possui a defesa dos direitos das comunidades tradicionais como política norteadora. Registre-se que ainda se fazem presentes no município traços do *coronelismo* – cultura herdada dos tempos áureos do comércio cacaueteiro.

Imbricadas nesse sistema de diversas instituições e escalas, as comunidades pesqueiras precisam lutar pela liberdade de se (re)inventarem e para se (re)afirmarem enquanto população tradicional. Além dos esforços para manter a Resex, houve a criação de uma rede de fortalecimento de mulheres pescadoras, de associações com representatividade política para valorização dos pescadores, de marcos normativos que respeitam particularidades específicas dos recursos pesqueiros locais e do primeiro banco brasileiro (Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras – Bamex) com moeda própria (moeda extrativista – Moex) dentro de uma Resex, o qual foi fundado no final de 2013.

Em concordância de que a análise dos conflitos territoriais gerados pela produção de novos espaços capitalistas regulados por normas e políticas apresentadas como ambientais precisa considerar o caráter epistemológico desses conflitos, e a fim de compreender como parte de sua comunidade extrativista tradicional organiza-se para lutar por mais *autonomia na gestão de seu território* e por *práticas econômico sociais-emancipatórias*, as quais apontam para uma racionalidade que questiona a capitalista – a *racionalidade ambiental* (Leff, 2007; 2012) –, será feito um mergulho nas particularidades políticas e socioambientais da Resex Canavieiras. Registre-se que esse artigo foi elaborado a partir da tese de doutorado da autora.

Outrossim, é um trabalho realizado a partir de uma leitura crítica, partindo do *pensamento descolonial* e de conceitos da *ciência geográfica*, que procura dialogar com outros saberes, sejam tradicionais ou científicos, para melhor tentar entender o sentido e ações vivenciadas junto à sociedade e à natureza pelos pescadores artesanais da Resex Canavieiras. Assim, essa pesquisa engloba aquilo que foi experienciado por dois modos de investigação, os quais contemplam procedimentos qualitativos viscerais e que são complementares: as *situ-ações*⁴ elencadas por meio de *dados primários* (entrevistas) e as informações levantadas a partir de dados secundários (bibliográficos e documentais). Para a pesquisa dos dados primários, na qual há narrativas orais do cotidiano, houve a combinação de duas práticas: entrevistas semiestruturadas individuais e entrevistas semiestruturadas com grupos focais.

Foram entrevistados pescadores dos sete principais núcleos pesqueiros de Canavieiras, bem como

⁴ Seguindo o proposto por Ferreira (2009), são ações advindas daquele determinado lugar.

as lideranças das associações e segmentos que os representam. Também foram entrevistados os representantes das instituições que compõem o Conselho Deliberativo da Resex Canavieiras⁵ e vinte pessoas contrárias à existência da Resex escolhidas na rua aleatoriamente. Para preservação da identidade dos entrevistados, esses foram mencionados de acordo com a sua atuação (função), seguido do nome do lugar (comunidade ou órgão institucional) em que atuam. Outro ponto importante a ser mencionado é que as entrevistas foram quase em sua totalidade registradas em gravador digital. Ainda, a contribuição metodológica da *observação participante* foi fundamental, para que encontros formais e informais com os diversos atores dessa pesquisa fossem realizados.

2. A colonialidade embutida no discurso e na práxis estatal e seus antagonismos socioambientais: porquês de outra racionalidade

As relações de *colonialidade*, sobretudo dos países do Norte sobre os do Sul global, estão no cerne da reflexão epistemológica deste trabalho. Sousa Santos (2013a) diz que o *colonialismo*, além de todas as dominações injustas e violentas, foi também uma *dominação epistemológica*, na qual houve a condução à supressão de muitas formas de saber (*outras razões*) próprias dos povos e/ou nações colonizados – um verdadeiro *epistemicídio*.

O colonialismo, complementam Porto-Gonçalves & Cuin (2013), não é somente um período do passado histórico, mas uma característica necessária

do capitalismo em sua dinâmica de acumulação incessante de capital, que implica, inclusive, expansão geográfica para regiões tradicionalmente ocupadas por outros grupos/classes sociais/etnias/povos/nacionalidades: “grupos que são inferiorizados por ideologias que os tratam como ‘atrasados’, ‘subdesenvolvidos’, ‘pobres’. Afinal, não se coloniza quem é igual, daí a necessidade de justificar a expansão do capital inferiorizando previamente o outro, o diferente (Porto-Gonçalves & Cuin, 2013, p. 24). Mas,

dizer colonialidade é dizer, também, que **há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo**, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, **mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage**, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico (Porto-Gonçalves, 2006d, p. 165) (grifo meu).

A nova fase do sistema-mundo moderno-colonial iniciou-se com a ampliação da exploração mineral e a ampliação das áreas agrícolas destinadas ao comércio global, sobretudo nas áreas periféricas da América Latina, da África e da Ásia (Porto-Gonçalves, 2012b). Estabeleceu-se, desde então, uma nova geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos, pois essas regiões passaram a destinar os melhores solos e as melhores minas não para satisfazer a necessidade de seus povos, mas para exportar para os países desenvolvidos. “Enfim, uma cultura que dá primazia à economia e, sobretudo à economia mercantil, que expressa a riqueza em termos simbólicos quantitativos (dinheiro)” (Porto-Gonçalves, 2012b,

⁵ Mesmo após terem sido contatadas por diversas vezes, não agendaram entrevista as instituições Centro de Estudos Socioambientais (Pangea) e Hotel Transamérica.

p. 3), sendo que “nunca na história do homem houve um tirano tão duro, tão implacável quanto esse dinheiro global” (Santos, 2006, p. 17).

Como os princípios do neoliberalismo são o enfraquecimento do Estado-Nação, a propriedade privada, a ênfase no indivíduo e a ideia de acumulação, lucro e crescimento, há “uma dramática intensificação das práticas transnacionais” (Sousa Santos, 2013a, p. 31). Ou seja, para responder aos imperativos transnacionais, as condições locais são desintegradas, marginalizadas, excluídas, desestruturadas e, eventualmente, reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna. É desse modo que o modelo capitalista de produção e consumo valida saberes hegemônicos com a promessa de assertividade para problemas de amplo espectro (Lucas dos Santos, 2015).

Quanto ao neoliberalismo, Sousa Santos (2014) expõe que é uma ideologia que reforça as relações de poder dominantes na sociedade, pois “trata-se de uma forma ideológica de um pós-Estado, pós-social, com um poder estrutural extremamente concentrado por meio do qual os cerca de **1% da elite global governam os 99% da população empobrecida do mundo**. Como ideologia, a sua força reside no seu valor performativo, e não no seu conteúdo real” (Sousa Santos, 2014, p. 10) (grifo meu). Ou seja, embora tenha havido pouco a pouco o fim do colonialismo, não houve o fim da colonialidade (Quijano, 2014).

No caso do Brasil, toda a ordem administrativa do país, desde o Império e já no regime republicano, comportam elementos estritamente vinculados ao *velho sistema senhorial* (Holanda, 1995). Aprofundando essa questão, Holanda (1995, p. 31) disserta:

a tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, **somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra**. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevisíveis, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem (grifo meu).

É, portanto, “um país historicamente articulado ao sistema colonial do capitalismo mercantil e determinado pelo modo de produção capitalista a ser uma *colônia de exploração* e não uma *colônia de povoamento*” (Chauí, 2000, p. 33-34). Além disso, a autora defende a tese de que a sociedade brasileira é historicamente autoritária e violenta.

Ainda sobre o Brasil, Porto-Gonçalves (2009, p. 85) comenta o revés trazido (imposto) pela cultura mercadológica europeia:

afinal, para nós a modernidade do sistema mundo começa com os engenhos que manufacturavam a cana de açúcar introduzindo grandes latifúndios monocultores movidos à chibata e destinando os melhores solos para cultivo alheio. Ao contrário daqueles para quem a modernidade é usufruto e gozo para nós ela tem sido, sobretudo, sofrimento.

Como se vê, “monocultura, latifúndio, escravidão, racismo e tecnologia de ponta vieram juntos com a instauração do sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal” (Porto-Gonçalves, 2016, p. 294). Assim, o autor conclui que a crise de um padrão de poder de larga duração, que se iniciou em 1492, é uma crise epistêmica e política, pois há uma ruptura metabólica ao separar a sociedade das

suas condições materiais/naturais da vida. Prova disso é o grande problema – que perpassa não só o Brasil – representado pela propagação de discursos capitalistas fundados sobre formas de exploração simultaneamente econômico morais e culturais (Thompson, 2008), os quais, além de estimular a competição humana e de aniquilar outros saberes, extrapola os limites ecossistêmicos: “a contaminação ambiental e a depredação de recursos naturais pioram a cada dia, pela contínua ênfase no progresso técnico-material. E o capitalismo segue fazendo tábula rasa das diversas culturas do mundo com toda a sua riqueza humana e biológica (Fals Borda, 2012, p. 457).

Vê-se que, no limiar do século XXI, o capitalismo toca os limites de carga do planeta Terra. Em 2012, registra Sousa Santos (2013b), diversos recordes de perigo climático foram ultrapassados e os fenômenos climáticos extremos repetem-se cada vez com maior frequência e gravidade. Constata Wallerstein (2003) que os fatores da crise estão cada vez mais articulados e que são, afinal, manifestações de uma mesma crise, a qual se apresenta, pelas suas dimensões, como uma crise estrutural, que Morin & Kern (1993) denominaram **policrise** e Sousa Santos (2013b) **crise civilizatória**.

Morin & Kern (1993) defendem que não é possível hierarquizar os problemas da crise porque a crise da antroposfera e da biosfera se repercutem uma na outra, agindo por inter-retroações. Então, não há como destacar um único problema ou um único limite que subordine todos os outros, pois

não há um só problema vital, mas vários problemas vitais. Assim, a policrise constitui-se dessa inter-solidariedade complexa dos problemas, com seus antagonismos e incontinentes. Sobre essa crise, que denominou civilizatória, discorre muito oportuna e lucidamente Sousa Santos (2013b, p. 89):

tudo está ligado: a crise alimentar, a crise ambiental, a crise energética, a especulação financeira sobre as *commodities* e recursos naturais, a grilagem e a concentração de terra, a expansão desordenada da fronteira agrícola, a voracidade da exploração dos recursos naturais, a escassez de água potável e a privatização da água, a violência no campo, a expulsão de populações das suas terras ancestrais para abrir caminho a grandes infraestruturas e megaprojetos, as doenças induzidas pelo meio ambiente degradado dramaticamente evidentes na incidência de cancro mais elevada em certas zonas rurais do que em zonas urbanas, os organismos geneticamente modificados, os consumos de agrotóxicos etc. (grifo meu).

Isso demonstra que, na verdade, há diferentes faces de uma mesma crise. Nesse momento, a intenção é a de mostrar iniciativas e experiências contra-hegemônicas. Contudo, considerando que o que é hegemônico ou contra-hegemônico⁶ pode adquirir um caráter contextual, registre-se que, aqui, seguir-se-á o considerado por Sousa Santos (2014, p. 34-35):

uma rede multifacetada de relações econômicas, sociais, políticas, culturais e epistemológicas desiguais baseadas nas interações entre três estruturas principais de poder e dominação – capitalismo, colonialismo e patriarcado⁷ – que definem a sua legitimidade (ou dissimulam a sua ilegitimidade) em termos do entendimento liberal do primado do direito, democracia e direitos humanos, vistos como a personificação dos ideais de uma boa sociedade. Paralelamente, considero ser contra-hegemônica

⁶ Sousa Santos (2014) cita algumas instituições (política e economicamente poderosas) que estão a serviço da globalização hegemônica: Estados Unidos, União Europeia, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e grandes empresas multinacionais. Cita também articulações transnacionais contra-hegemônicas: movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais, Fórum Social Mundial, Assembleia Geral dos Movimentos Sociais, Cúpula dos Povos, Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento Indígena Mundial e algumas redes transnacionais de advocacia. Porto-Gonçalves (2006d) acrescenta alguns movimentos da América Latina com valores emancipatórios: zapatista, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), afrodescendentes, piqueteiros e dos *rappers*. Todos reescrevem a história da moderno-colonialidade e da racialidade a partir de um lugar subalterno.

a mobilização social e política que se traduz em lutas, movimentos ou iniciativas, tendo por objetivo eliminar ou reduzir relações desiguais de poder e transformá-las em relações de autoridade partilhada, recorrendo, para isso, a discursos e práticas que são inteligíveis transnacionalmente mediante tradução intercultural e articulação de ações coletivas. No nosso tempo, tais ações, para serem eficazes, têm de desafiar o conhecimento que sobre elas é produzido pelas instituições liberais dominantes.

A hegemonia, no plano epistemológico, da racionalidade econômica capitalista oculta uma diversidade de formas de regulação, de relações de trabalho e de trocas sociais. Porém, apesar de o mercado capitalista desestabilizar as experiências locais e, em nome de interesses hegemônicos, construir *globalismos localizados* (Lucas dos Santos, 2015), há iniciativas e experiências de práticas emancipatórias contra-hegemônicas que lutam contra a globalização neoliberal. É sob o prisma dessas iniciativas, mobilizadas pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico, que pretende-se discutir práticas de comunidades tradicionais. Antes, uma diretriz contra-hegemônica de Porto-Gonçalves (2001, p. 17) com base em novas matrizes de racionalidade:

outros caminhos são possíveis fora desta linha rígida da normalidade e superioridade eurocêntrica que há séculos provoca fome e miséria, perda da diversidade biológica e cultural, e degradação ambiental de dimensões mundiais. E muitos destes outros caminhos possíveis encontram-se e/ou vêm sendo pensados, experienciados pelos povos tradicionais do mundo colonizado do Sul. Para desconstruir esta relação de colonialidade, é necessário não apenas reconhecer, mas sobretudo incorporar novas *epistemes*: “*são novos territórios epistêmicos que estão tendo que ser reinventados juntamente com os novos territórios da existência material, enfim, são novas formas*

*de significar nosso estar-no-mundo, de grafar a terra, de inventar novas territorialidades, enfim, de geo-grafar*⁸

3. Comunidades tradicionais e a luta pelo território: as Reservas Extrativistas

No Brasil – país que teve por berço uma formação colonial e permanece com traços de escravismo, mandonismo, compadrio e clientelismo (Faoro, 2012) –, as populações tradicionais são vistas como meio de extrair riquezas, a coisa pública é tratada como negócio privado das elites e comumente as decisões políticas são centralizadas “pelo alto” (ou “de cima para baixo”). No que tange à área ambiental, até a década de 1980, a visão política a respeito dos recursos naturais era essencialmente preservacionista e, logo, reducionista (Moraes, 2005).

“A separação entre as ciências humanas e as ciências naturais, além das especializações no interior de cada um desses campos, corresponde à separação (expulsão) dos camponeses e dos povos originários da natureza, além da destruição das suas comunidades, dos seus territórios e suas territorialidades” (Porto-Gonçalves, 2012a, p. 19). Entretanto, aos poucos – desde a ênfase dada pelos movimentos da década de 1960 –, “surge um novo léxico teórico-político em que se fala de descolonização, de interculturalidade, de transmodernidade; de pluralismo jurídico, que respeite os direitos das gentes, consuetudinários, não mais somente o direito fundado nos princípios liberais do indivíduo e da propriedade privada” (Porto-Gonçalves, 2012a, p. 16).

⁷ O patriarcalismo é o mais antigo dos três (Thompson, 2008), tendo sido, assim como o colonialismo, reconfigurado pelo capitalismo (Sousa Santos, 2014).

⁸ Porto-Gonçalves propõe pensar a geografia não como substantivo, mas como verbo ato/ação de marcar a terra. É desse modo que se pode falar de nova geo-grafia, em que os diferentes movimentos sociais ressignificam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade (Cruz, 2013).

Na tentativa de ir ao encontro desse novo contexto político ambiental, foi promulgado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) no ano 2000⁹. O Snuc é a base institucional normativa da gestão da biodiversidade no Brasil e, a partir dela, são concebidas as Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral ou de Uso Sustentável (Figura 2) (Diegues, 2008).



FIGURA 2 – Grupos e categorias de Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

FONTE: Sítio eletrônico do ICMBio. Adaptada pela autora.

Com a reestruturação pela qual o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) passou, foi estabelecido, em 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)¹⁰, o qual, passou, então, a ter como incumbência maior a responsabilidade de administrar as UCs. As UCs brasileiras são assim definidas pelo Snuc: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de

conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

O Snuc, tendo surgido no ano 2000 sob competência do Ibama, aparece tardiamente, pois foi preciso agrupar as diferentes UCs de distintas categorias já existentes em um único sistema. Essas distintas categorias são reflexo do significado atribuído à natureza pelas sociedades no tempo histórico, ou seja, a incompatibilidade entre o homem e a natureza inerente ao paradigma reducionista também gerou distanciamento no que tange à temática das UCs. Segundo Diegues (2008, p. 4),

o SNUC foi aprovado depois de mais de 10 anos de discussão entre diferentes grupos de ambientalistas. **O principal ponto de discordância foi o papel e a presença dos “povos tradicionais” nas áreas de proteção total.** Na época, estimou-se que mais de 70 por cento das áreas fechadas tinham pessoas ali vivendo, muitas delas constituíam povos tradicionais (grifo meu).

A ironia da história, e, aqui, mais ainda, da geografia, diz Porto-Gonçalves (2012a, p. 25) é que as regiões que são visadas para serem demarcadas como unidades de conservação de uso restrito, “definidas quase sempre pela ciência convencional, são exatamente aquelas que, por terem ficado à margem do mercado e ocupadas por populações tradicionais com outras matrizes de conhecimento, são as regiões que abrigam a maior riqueza em água e em biodiversidade do planeta”.

Sobre a questão da expulsão das comunidades tradicionais de suas terras para apropriação privada,

⁹ Lei n.º 9.985/2000. Pode ser visualizada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 19 fev. 2016. Conforme seu Art. 3.º, o Snuc é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

¹⁰ Lei n.º 11.516/2007. Pode ser visualizada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 19 fev. 2016. No âmbito da estrutura do ICMBio, existem duas Coordenações que atuam na interface da gestão de UCs e populações tradicionais: a Coordenação Geral de Gestão Socioambiental e a Coordenação Geral de Populações Tradicionais. Ambas fazem parte da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação.

é válido lembrar a análise de Harvey (2004) quando designa a nova roupagem da estratégia de *acumulação primitiva* de *acumulação por espoliação*, na qual, dentre outros fatores, há apropriação de terras de comunidades tradicionais para a expropriação de recursos naturais. De fato, há pesquisas que apontam a violência sofrida pelas comunidades tradicionais. Um exemplo é o trabalho realizado por Barbosa & Porto-Gonçalves (2014), no qual os autores apontam que, dos 1364 conflitos (alguns, por direitos trabalhistas, outros por terra, água etc.) ocorridos no campo registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), 45% envolvem povos e comunidades tradicionais. Fica, portanto, evidente o quanto esses dados evidenciam a existência de um número considerável de povos e comunidades tradicionais que têm sido vítimas de ações violentas em conflitos no Brasil.

Ocorre que, muito mais do que a luta pela terra, os povos tradicionais entram em conflito com o Estado para garantir sobretudo o direito pelo território, sua territorialidade e também por uma determinada forma de existência, por um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de agir e de pensar, tal como corrobora Barbosa (2014, p. 57):

trata-se de conflitos travados pela terra e pelo território, visto que combinam a luta pela terra com a luta por seu modo de vida de seringueiro, de faxinalense, de ribeirinho, de quilombola etc. Isso significa que, especialmente nas identidades territoriais, esse modo de vida está associado

à territorialidade do grupo e, assim, a luta por seu modo de vida corresponde a **uma luta pela afirmação da sua territorialidade, da sua identidade territorial e especialmente do seu território tradicional** (grifo meu).

Sem dúvida, o movimento tido como marco no que tange à manutenção dos modos de vida de populações tradicionais no Brasil foi o *Movimento Social dos Seringueiros, no Estado do Acre*, liderado por *Chico Mendes*. Esse movimento previa a resistência das populações tradicionais ao “modelo exógeno” de desenvolvimento, norteador da ocupação dos espaços de fronteira (Becker, 2006). Alier (2015) considera Chico Mendes um símbolo global do ecologismo dos pobres.

Conhecida como a *reforma agrária dos seringueiros* (Porto-Gonçalves, 2003), as *reservas extrativistas* requeridas pelo Movimento tinham princípios que se contrapunham ao modo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, baseado na propriedade privada e na exploração da natureza transformada em mercadoria. A demanda dos seringueiros por uma reforma agrária específica foi inserida na estrutura legislativa brasileira na forma de *Projetos de Assentamentos Extrativistas – Paexs* (Portaria 627/1987 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra), e, posteriormente, através do Decreto n.º 98.897/1990¹¹, na figura de Reservas Extrativistas, vinculadas ao Ibama¹² (Cunha & Loureiro, 2009).

As lideranças do Conselho Nacional dos Seringueiros, com a assessoria do Instituto de Estudos

¹¹ O Decreto pode ser visualizado em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm>. Acesso em: 17 out. 2015.

¹² Algumas questões influenciaram a mudança da instância governamental do Incra para o Ibama: além da fragilidade jurídica dos instrumentos que criaram os Paexs, uma Portaria que, como tal, pode ser modificada ao sabor das conjunturas internas e externas ao órgão e, é sabido que o Incra é um órgão do Estado tradicionalmente capturado por interesses de um segmento de classe específico, no caso, os latifundiários, faz-se necessário considerar que nos anos de 1990, início do “Governo Collor de Mello”, o Incra passou por momentos de reestruturação e desarticulação de sua equipe, enquanto que o Ibama, recém-criado, estava em consonância com os interesses presentes nos momentos que antecederiam a Eco-92 no Rio de Janeiro (Porto-Gonçalves, 2003).

Amazônicos, conseguiram incluir as Resex na Lei n.º 7.084/1989¹³, que compatibiliza a Política Nacional do Meio Ambiente (de 1981) às novas disposições constitucionais de 1988. Já a expressão “reserva” foi tomada de empréstimo do conceito de “Reserva Indígena”, seguindo a matriz de racionalidade caboclo-seringueira (proximidade geográfica, política e afinidades culturais) que fomentava a “Aliança dos Povos da Floresta” (Porto-Gonçalves, 2003). “Registre-se que a **Reserva Extrativista é uma ruptura teórica** com o conceito de unidade de conservação ambiental que não incorpora o homem e sua cultura como seu protagonista e **aponta para** aquilo que Enrique Leff chamou **racionalidade ambiental**” (Porto-Gonçalves, 2003, p. 85) (grifo meu).

No entanto, os seringueiros passaram também a ser os principais alvos de fazendeiros da região que, ao eliminar as lideranças do movimento, almejaram acabar com a resistência à apropriação e exploração da terra (Cunha & Loureiro, 2009). Tanto é que, em dezembro de 1988, o mundo acordou sob o impacto na mídia da morte do seringueiro, líder sindical, socialista e ecologista Chico Mendes. Os principais órgãos da mídia das principais cidades do mundo noticiaram o assassinato: *Xapuri estava em Nova Iorque, em Londres e em Paris* (Porto-Gonçalves, 2003). A imprensa brasileira se viu às voltas com a enorme repercussão internacional de um fato que ela mesma não tinha pautado com importância¹⁴. Na verdade, a chamada grande imprensa brasileira repercutia a repercussão internacional do fato e não

o fato em si (Porto-Gonçalves, 2003). A morte de Chico Mendes, pela repercussão e pressão interna e internacional, representou um “tiro pela culatra”, pois indiscutivelmente acelerou a demarcação de terras na forma de Reservas Extrativistas como uma resposta do governo brasileiro aos conflitos naquela região (Cunha & Loureiro, 2009).

Apesar de as Resex terem representado e ainda representarem uma contraposição ao modelo de desenvolvimento capitalista, o qual, tal como já bastante enfatizado nesse texto, não pressupõe a propriedade coletiva nem a preponderância do conhecimento tradicional, é preciso atentar-se às armadilhas presentes em planos, projetos e programas que, rotulados de democráticos, buscam uma forma de imposição de vontades que anula a força criativa conquistada pelos povos tradicionais (Cunha & Loureiro, 2009).

Representando essencialmente um esforço para estender o conceito de Resex instituído no contexto amazônico ocidental para as comunidades tradicionais de pescadores habitantes dos domínios costeiros e marinhos, foram criadas as Reservas Extrativistas Marinhas (sendo a primeira do ano de 1992 – “Pirajubaé” – no estado de Santa Catarina.) Destarte, entra em cena nesse momento as dimensões político-institucionais, socioeconômicas, culturais e ecológicas da Resex Canavieiras.

4. *Canavieiras e a sua Reserva Extrativista*

¹³ A Lei pode ser visualizada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7804.htm>. Acesso em: 17 out. 2015.

¹⁴ O *Jornal do Brasil*, por exemplo, só após o assassinato de Chico Mendes se deu conta de que tinha em sua posse aquilo que, tardiamente, vieram a descobrir que seria a última entrevista de Chico Mendes. A referida entrevista, publicada imediatamente *post mortem*, havia sido concedida em 8/12/1988, portanto 15 dias antes do assassinato, quando Chico Mendes passara pelo Rio de Janeiro, como parte de uma viagem pelo Sul do País, exatamente para chamar a atenção para os riscos de vida que corria. Do ponto de vista da imprensa brasileira, o risco de vida de um líder sindical não era, quinze dias antes, noticiável (Porto-Gonçalves, 2003).

Canavieiras é considerado um município de pequeno a médio porte¹⁵, localizado no compartimento *Litoral Sul* do estado da Bahia. De acordo com a setorização do litoral brasileiro feita por Ab'Saber (2006), o *Complexo Litorâneo Sul da Bahia* possui tabuleiros ondulados com florestas contínuas até a borda leste do Planalto Sul-Baiano e a região é drenada pelos rios Contas, Pardo e Jequitinhonha, ambos provenientes dos planaltos interiores, sendo que os dois últimos drenam Canavieiras.

As temperaturas médias anuais são em torno de 24°C, a pluviosidade média anual registrada é de 1.806,5 mm, com distribuição regular durante o ano, e o clima é úmido e úmido a subúmido¹⁶ (Nascimento & Dominguez, 2010). Os solos principais são recobertos por floresta ombrófila, manguezais e restinga da Mata Atlântica (Nascimento & Dominguez, 2010). É nessas áreas de restinga, contornadas pela vegetação de mangue, que a população pesqueira tradicional está assentada no município de Canavieiras. Sua distribuição se dá em sete principais núcleos: na direção sul para norte, *Campinhos, Atalaia, sede municipal, Barra Velha,*

Puxim do Sul (ou *Puxim de Dentro*), *Puxim da Praia* (ou *Puxim de Fora*) e *Oiticica*. Todos apresentam o aspecto comum de os seus moradores utilizarem o manguezal para a extração de recursos pesqueiros, tanto para o autoconsumo, quanto para a geração de renda.

Segundo dados da Colônia Z-20¹⁷ do município de Canavieiras, só a partir da década de 1990 é que a instituição passou a ter um número significativo de associados, fato que deu início à realização de assembleias gerais. Nessa década, havia aproximadamente 500 associados. No ano 2000, havia cerca de 700. Em 2006, atingiu-se o número de 1000 e, em 2012, havia 1.465. Em 2016, tem-se o registro de 1830 associados. Entretanto, estima-se que o número de pescadores não registrados e residentes no município seja, pelo menos, cinco vezes maior¹⁸. Aguiar (2011) estima que haja mais de nove mil pessoas atuando diretamente na captura do pescado¹⁹ (Figura 3).

Analisando-se os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao município de Canavieiras (Tabela 1), percebe-se que, apesar de o número de



FIGURA 3 – Pescadores de caranguejo e ostra nos manguezais de Canavieiras.

FONTE: Enrico Marone²⁰.

¹⁵ Segundo consta no sítio eletrônico do IBGE, municípios de 20.001 a 50.000 habitantes são considerados de pequeno a médio porte. Consultado em 07/07/2016.

pescadores registrados na Colônia vir aumentando gradativamente, a população diminuiu, evidenciando a importância da atividade pesqueira para a população local.

Considerada uma das áreas mais piscosas do estado da Bahia, Canavieiras tem como uma das principais fontes de renda e sobrevivência a pesca artesanal extrativa marinha e estuarina, destacando-

TABELA 1 – Evolução demográfica do município de Canavieiras.

Município	Censos				
	1970	1980	1991	2000	2010
Canavieiras	33.460	42.122	33.019	35.322	32.336

FONTE: Sítio eletrônico do IBGE. Consultado em 07/07/2016.

-se nesse contexto a pesca de peixes e camarões na faixa costeira e a coleta de caranguejos e moluscos nos estuários, principalmente nos manguezais da região da Resex Canavieiras (Curado, 2014). Entretanto, a atuação da pesca industrial e a apropriação de extensas áreas de manguezais para a atividade carcinicultora e para a ampliação do mercado hoteleiro de luxo na região passaram a ser realidade. Para muitos extrativistas tradicionais, uma realidade preocupante. Sendo a atividade pesqueira a principal fonte de renda para muitas famílias do município de Canavieiras, e considerando o aumento significativo desse contingente decorrente do declínio da lavoura de cacau, o manguezal se tornou uma fonte de recursos ainda mais importante. Para muitas famílias de Canavieiras, o manguezal representa a única forma de sobrevivência.

Logo, com o objetivo de proteger e conservar os modos de vida dos pescadores artesanais, no começo da década de 2000, um grupo de extrati-

vistas locais, com o apoio de algumas instituições governamentais e não governamentais, chegaram à conclusão de que uma Resex Marinha poderia ajudá-los a atingir a sustentabilidade no uso de seus recursos pesqueiros e a garantir direitos para melhorar a sua qualidade de vida. Assim, deu-se início o processo de conformação do território da Resex Canavieiras.

4.1. Histórico de criação da Reserva Extrativista de Canavieiras

Em 2001, um fenômeno de mortalidade em massa do caranguejo-uçá começou a ser detectado em manguezais de Una e do norte de Canavieiras. Em janeiro de 2003, já havia se alastrado para o sul de Canavieiras e para Belmonte, causando drástica redução na produção pesqueira e consequentes problemas socioeconômicos nas comunidades de coletores de caranguejos (Schmidt *et al.*, 2008).

¹⁶ Segundo a classificação climática de Thornthwaite & Mather (1955) (Thornthwaite, C. W.; Mather, J. R. *The water balance*. Centerton, NJ: Drexel Institute of Technology – Laboratory of Climatology –, Publications in Climatology, vol. III, nº 1, 1955).

¹⁷ A Colônia Z-20 foi criada em 1931.

¹⁸ O ICMBio e a Colônia Z-20 de Canavieiras têm essa estimativa.

¹⁹ Estimativa que corresponderia a quase 1/3 da população do município (vide Tabela 1).

²⁰ Essas e outras fotos do município de Canavieiras podem visualizadas no sítio eletrônico: <<http://www.enricomarone.com/2013/01/14/retratos/>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

Pelas coincidências dos sintomas apresentados pelos caranguejos-uçá doentes com os sintomas de doenças típicas²¹ de camarões peneídeos marinhos, no caso, o camarão-de-patas-brancas (*Litopeanaeus vannamei*) – espécie exótica advinda do Pacífico –, deve-se considerar a possibilidade de a causa da mortalidade em massa estar ligada à carcinicultura (Schmidt *et al.*, 2008).

Em Canavieiras, a carcinicultura se desenvolveu com o apoio do Estado da Bahia, por meio de investimentos na estrutura de energia elétrica e tarifas de energia diferenciadas (Curado, 2014). Segundo informações da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (Seagri), dos cerca de 5.759 hectares ocupados com projetos de implantação de carcinicultura na Bahia, 2.648 hectares estavam localizados no município de Canavieiras até o ano de 2007, o que representava 46% de toda a área utilizada com esse tipo de atividade no estado (Pangea²², 2007).

De acordo com relatório da Rede MangueMar Bahia (s.d.), em 2002, havia nas rádios locais um acúmulo de denúncias de pescadores, as quais partiram da Colônia Z-20 e das demais associações representativas de pesca (algumas eram informais na época) das seis comunidades Atalaia, Barra Velha, Campinhos, Puxim da Praia, Puxim do Sul e Oiticica, contra a mortandade de caranguejos, peixes e crustáceos nos rios Cedreiro e Cotovelo, chegando à Barra Velha e Puxim da Praia, com

consequências imprevisíveis na cadeia trófica estuarina. Foi denunciado o lançamento de efluentes contaminados próximo a uma fazenda de cultivo de camarão²³ em Puxim do Sul, na BR-001, e também havia denúncias de que:

- Houve desmatamento dos manguezais e destruição dos apicuns para a construção das fazendas de camarão;

- Acessos ao manguezal e aos portos foram interditados por cercas e tanques das fazendas;

- Barreiras construídas entre os tanques e o estuário se romperam e houve escape da espécie exótica do camarão-de-patas-brancas para rio que drena a Barra Velha;

- Houve assoreamento em manguezais pelo deslocamento da areia utilizada nas barreiras construídas nas fazendas;

- Várias áreas úmidas (brejos e lagoas), onde os peixes se reproduziam, foram drenados artificialmente por tubos e os rios próximos ficaram assoreados;

- Rios foram contaminados pelas águas lançadas sem tratamento pelas fazendas; e

- Imensa quantidade de alevinos e outros micro-organismos foram destruídos quando bombeados para dentro dos tanques das fazendas.

As fazendas de camarão obtiveram licenças do Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA/BA) sem que a população fosse informada dos impactos dos empreendimentos e sem a realização

²¹ Schmidt *et al.* (2008) citam danos no aparelho digestivo, hepatopâncreas e em outros órgãos internos, anorexia, letargia e alterações na cor da carapaça. Caranguejos-uçá (*Ucides cordatus*) doentes têm como sintomas a letargia, controle motor deficiente e a incapacidade de retornar à posição normal quando virado de cabeça para baixo, o que os levou a nomear essa enfermidade de Doença do Caranguejo Letárgico.

²² Informações retiradas do Plano de Manejo Participativo da RESEX Canavieiras que estava em construção no ano de 2007, sob coordenação do Centro de Estudos Socioambientais (Pangea).

²³ Refere-se à fazenda Agrimarine.

²⁴ Resolução n.º 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Pode ser visualizada em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

das audiências públicas previstas em lei²⁴. Em 2002, após a grande mortandade de caranguejos e peixes, mais de 2.000 famílias de pescadores viram-se em situação de risco alimentar (Rede Manguemar Bahia, s.d.). Funcionários do Ibama e de ONGs sofreram ameaças de morte por se oporem à instalação das fazendas e pescadores foram ameaçados de terem seus barcos queimados, sendo que um pescador da Barra Velha sofreu ameaças de morte e teve seu poço de água potável contaminado propositalmente²⁵. Trabalhadores nas fazendas com algum grau de parentesco com lideranças do movimento de pescadores foram demitidos das fazendas carcinicultoras (Rede Manguemar Bahia, s.d.).

Já que a audiência pública foi na Barra Velha, seu Arion, que era o presidente da Associação, ficou muito visado. A bronca ficou em cima dele. Os animais (galinha, gato, cachorro) dele apareciam mortos, botavam veneno no poço dele. (Pescador do Puxim do Sul)

Foi diante desse contexto de revolta contra as fazendas de criadouros de camarão que se deu início ao processo de criação da Resex Canavieiras. No ano de 2001, integrantes do Instituto de Conservação de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica (Ecotuba) engajados nas discussões a respeito da mortandade dos caranguejos trouxeram a ideia de uma Resex para o conhecimento dos pescadores do *Segmento das Marisqueiras do Município de Canavieiras*, após participarem de uma reunião no município de Maragogipe, onde conheceram a Resex Baía do Iguape (BA). Ainda no mesmo ano, um grupo de pescadores, liderado pela marisqueira Wilma Xavier, levantou uma lista de apoio com 118 assinaturas para a criação de uma Resex no muni-

cípio de Canavieiras. Esse grupo foi apoiado pelo sociólogo Orlins, preposto da Prefeitura Municipal e lotado na Secretaria do Bem-Estar Social, que, por sua vez, fomentou a solicitação de abertura do processo de criação da Resex junto ao Ibama. A solicitação foi enviada ao Escritório Regional do Ibama em Ilhéus (Processo n.º 02618/01) e depois foi encaminhada ao CNPT do Ibama de Salvador, gerando o processo n.º 02006002618/01-16 (Pangea, 2007).

Cabe ressaltar que o Segmento das Marisqueiras tinha natureza de movimento popular não formalizado juridicamente, sendo necessário ter uma entidade legalmente constituída para poder encaminhar o documento de solicitação de abertura do processo de criação da Resex. Por isso, o documento foi encaminhado pela Associação de Pescadores do Puxim do Sul. Finalmente, no dia 5 de junho de 2006, foi criada a Reserva Extrativista de Canavieiras, contemplando uma área de 100.645,85 hectares, estando situada nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una. Dessa área, aproximadamente, 85 mil ha correspondem a mar aberto e o restante à área continental, composta por mangues, praias, restingas, rios e apicuns, sendo que há uma exponencial predominância dos mangues. O ICMBio calcula que haja entre doze e treze mil ha de manguezais na Resex Canavieiras.

Segundo dados cedidos pelo ICMBio em campo, os quais foram levantados entre os anos de 2013 e 2014 pelo próprio ICMBio com objetivo cadastral, a Resex é composta por 1.866 famílias, totalizando 5.819 pessoas cadastradas como beneficiárias. A Portaria n.º 79 do ICMBio²⁶ “Aprova o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista de

²⁵ Um vídeo com o relato do próprio pescador sobre essa história que resultou na morte de sua esposa pode ser visualizado em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3b00UikQ9hI>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Canavieiras” (Processo n.º 02186.000070/2015-57). Desse total, cerca de 1.550 famílias residem no município de Canavieiras. As demais residem nos municípios de Belmonte e Una.

Se, por um lado, a Resex fortaleceu laços de territorialidade existentes; por outro, trouxe à tona uma série de conflitos. Tal como já introduzido, a Resex Canavieiras apresenta um palco de conflitos onde encontram-se comunidades tradicionais, órgãos governamentais e não governamentais, segmentos universitários, empresas privadas e moradores do município de Canavieiras favoráveis e contrários à existência da Resex.

Foi diante dessa conjuntura que em 5 de junho (data em que se comemora também o Dia Mundial do Meio Ambiente) de 2016, a Resex Canavieiras completou dez anos de existência, sendo que seu corpo institucional gestor já não é mais o mesmo. Instituições foram expulsas e outras incorporadas ao

seu Conselho Deliberativo. O ICMBio já precisou trocar sete vezes de “chefe²⁷” por reivindicação das associações e segmentos extrativistas, após inúmeros desentendimentos.

O interessante é que esse cenário de conflitos ligados ao extrativismo pesqueiro já perdura cerca de 15 anos no município de Canavieiras, demonstrando a união de um grande contingente de extrativistas tradicionais, bem como a sua capacidade de articular estratégias e ações que estão conseguindo confrontar forças capitalistas hegemônicas. Como já introduzido, em Canavieiras, essas forças concre-

TABELA 2 – Conflitos desvelados na Resex Canavieiras.

Protagonistas	Conflitos
4.2.1 Governo municipal: Prefeitura de Canavieiras e Câmara de Vereadores	<p>Juntos, elaboraram o Projeto de Lei nº 3.068 de 2015²⁸, o qual dispõe sobre a criação da APA para extinguir a Resex. Desde os trabalhos de campo realizados em 2012, era revelado pela Prefeitura que havia a intenção de substituir a Resex por uma APA. A administração municipal era contra a existência de uma Resex em Canavieiras alegando que a esse tipo de UC prejudicava o desenvolvimento econômico e que não havia uma população extrativista tradicional expressiva no município. Outros fatores que corroboram a sua defesa por uma APA são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o fato de o conselho de gestão em uma APA ser consultivo ao invés de deliberativo, uma vez que os extrativistas não têm maturidade para deliberar ações que afetem o município como um todo; - a igualdade de votos no Conselho para que nenhum segmento seja favorecido, tornando o processo mais democrático; e - o fato de que o arranjo Resex é efetivo somente para a Amazônia. <p>Em meio a essa contrariedade diante da existência de uma Resex, a Prefeitura diz não entender quais as devidas atribuições de responsabilidades administrativas no que tange à educação, a serviços como os de saúde e de energia elétrica e à gestão do solo dos territórios do município e da Resex.</p> <p>A cada dois anos, o Conselho Deliberativo, de acordo com o seu regimento interno, é renovado, tendo que trocar os conselheiros. Na nova gestão, a Câmara de Vereadores ainda não apareceu.</p>

²⁶ Vide Diário Oficial da União (DOU) do dia 09 de agosto de 2016, o qual pode ser visualizado em: <http://www.icmbio.gov.br/acesoainformacao/images/stories/Avaliacao.Desempenho.Institucional/Portaria_53-Metas_GDAEM-ICMBio_2016-2017_DO1_2016_08_09.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

²⁷ O ICMBio se autodenomina chefe das UCs e impõe essa nomenclatura também em documentos de validade jurídica.

²⁸ Vide em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1738598>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

4.2.2	Setor carcinicultor	<p>Apesar da ocorrência de fatos incontestáveis, a exemplo dos já citados cercamentos dos acessos aos rios, portos e mangues; assoreamento de rios; ameaças verbalizadas, alteração dos fluxos e da qualidade da água nos estuários; e desmatamentos dos manguezais, a Associação dos Criadores de Camarão de Canavieiras (ACCC) segue buscando seu espaço. O representante da ACCC lamentou em entrevista que os trabalhadores que se deslocaram para Canavieiras com a promessa de empregos estão sendo prejudicados com os embargos das fazendas de cultivo. Afirmou, ainda, que os métodos de produção são ambientalmente sustentáveis e que um negócio vanguardista condiz em produzir mais em menos espaço, utilizando a comparação com a criação extensiva de gado, visto que a proteína do camarão poderia vir a substituir a do boi e que a sua produção seria menos destrutiva para o meio ambiente.</p> <p>Atualmente, de acordo com as informações repassadas pelo ICMBio, há catorze empreendimentos carcinicultores funcionando sob liminar de justiça dentro da Zona de Amortecimento (ZA) da Resex. Questionado sobre esse assunto, o chefe do ICMBio explica que há um grande interesse do setor carcinicultor em se instalar proximamente a uma UC pela falta de concorrência, pela disponibilidade de água limpa com padrão de qualidade elevado com baixos índices de poluição, havendo menos risco de doenças do camarão. Justifica que, já que os catorze empreendimentos estão funcionando sob liminar, o ICMBio não pode intervir. Todavia acredita que, provavelmente, os estabelecimentos fechem, pois, sem a adquirir nova licença, não conseguem financiamento de banco e ficam pouco competitivos ao longo do tempo, até por não melhorar a produção.</p>
4.2.3	Esfera governamental federal	<p>De 2006 até hoje, sete analistas ambientais do ICMBio já passaram pelo posto máximo de gestão governamental da Resex Canavieiras, sendo que, somando-se os trabalhos de campo realizados no período correspondente às pesquisas de mestrado e de doutorado da autora, houve diálogo e entrevistas com cinco gestores. O que se percebe evidentemente é a falta de entendimento entre os gestores do ICMBio e os extrativistas, como um todo.</p> <p>As tentativas de planejamento e execução de ações conjuntas discutidas na esfera máxima de gestão da Resex – o Conselho Deliberativo – nem sempre obtêm êxito. Outro motivo de conflitos reside no fato de nem tudo o que é acordado por votação nas reuniões é aprovado pelo ICMBio.</p> <p>O presidente da Colônia de Pescadores de Canavieiras (Z-20) relata que há muitas reclamações de pescadores que descrevem abordagens violentas em operações de fiscalização do ICMBio.</p> <p>Além do ICMBio, há outras instituições protagonizando conflitos. O aniquilamento do já tardio (criado somente em 2009) Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e as demais extinções e gêneses a partir de fusões de secretarias e ministérios estão tensionando constantemente os pescadores artesanais da Resex. Com a fusão sofrida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o da Previdência Social, o presidente da Colônia Z-20 relata que houve um acordo de cooperação entre a Colônia e a Previdência Social para agilizar o processo de repasse monetário. No entanto, ao contrário do que acontecia quando o Ministério do Trabalho e Emprego não estava fundido com o da Previdência Social, a Colônia não consegue mais obter acesso ao sistema para interagir na gestão dos dados. Diante desse quadro, o pagamento do seguro defeso não foi realizado no ano de 2016 e está havendo entraves na confecção do documento de Registro Geral da Pesca (RGP).</p>
4.2.4	Atores diversos: imprensa, turistas e setor hoteleiro	<p>De acordo com os relatos dos pescadores entrevistados, a imprensa local nunca abriu espaço para o ponto de vista daqueles que defendem a Resex. Muito pelo contrário. De fato, através de pesquisa documental do acervo do jornal impresso (e digital) local, é possível constatar que só há divulgação de notícias difamatórias em relação à Resex.</p> <p>Há também um grande incômodo para os pescadores locais gerado pela pesca de mergulho praticada por turistas, o que vai ao encontro da falta de fiscalização. Importante ressaltar que a pesca subaquática é proibida em todo o município de Canavieiras.</p> <p>Existe ainda um conflito antigo protagonizado pelo Hotel Transamérica e pela comunidade do Puxim da Praia. O Hotel Transamérica, localizado no município de Una, utiliza a área da Resex para fazer passeios turísticos de barcos e lanchas, sobretudo no território da comunidade do Puxim da Praia. O conflito reside no fato de algumas embarcações passarem pela área do Puxim em alta velocidade, amedrontando a pesca dos extrativistas, chegando até mesmo a virar as suas embarcações. Além disso, há preocupação com um projeto de contenção de costa por conta da erosão que está ocorrendo na ilha em que está inserido o referido hotel, já que isso pode causar impactos diretos na Resex.</p>

FONTE: Dumith (2017).

tizam-se materialmente sob a forma de empreendimentos de carcinicultura, de hotéis de luxo, de pesca industrial e de especulação imobiliária. Portanto percebe-se que o peso econômico e político que as comunidades tradicionais de Canavieiras, mesmo asseguradas por uma Resex desde 2006, precisam enfrentar não é pequeno.

4.2. *Conflitos desvelados na Resex Canavieiras*

Segue, na Tabela 2, uma síntese dos conflitos existentes na Resex Canavieiras e seus protagonistas.

A Prefeitura de Canavieiras foi expulsa do Conselho Deliberativo da Resex. A Associação de Turismo Viva Canavieiras, que apoiou o PL da Prefeitura e da Câmara de Vereadores por acreditar que a Resex não permite o desenvolvimento do setor turístico em Canavieiras, também foi retirada do Conselho. Em contrapartida, a convite das entidades que representam as comunidades tradicionais, entraram a Associação das Marisqueiras de Belmonte e a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Una.

Assim, atualmente, o Conselho Deliberativo é composto pelas seguintes instituições:

- I - ICMBio;
- II - Ibama;
- III - Sema/BA – Instituto de Gestão das Águas e Clima;
- IV - Delegacia da Capitania dos Portos em Ilhéus;
- V - Câmara Municipal de Vereadores de Canavieiras;
- VI - Universidade Estadual Santa Cruz (UESC);
- VII - Companhia Transamérica de Hotéis - Nordeste;
- VIII - Pangea (suplente: CI-Brasil);

- IX - Ecotuba;
- X - Associação dos Criadores de Camarão de Canavieiras (ACCC);
- XI - Associação dos Pescadores e Catadeiras de Camarão de Canavieiras;
- XII - Segmento das Marisqueiras do Município de Canavieiras;
- XIII - Segmento de Artesões da Pesca do Município de Canavieiras;
- XIV - Associação de Tiradores e Catadeiras de Caranguejo de Canavieiras;
- XV - Associação dos Pescadores e Agricultores de Campinhos;
- XVI - Segmento de Agricultores Familiares de Campinhos;
- XVII - Associação de Pescadores, Marisqueiras e Moradores da Atalaia;
- XVIII - Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia;
- XIX - Associação de Pescadores do Puxim do Sul;
- XX - Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Povoado Oiticica;
- XXI - Associação de Pescadores, Marisqueiras e Extrativistas de Barra Velha;
- XXI - Colônia de Pescadores Z-20 de Canavieiras;
- XXIII - Colônia de Pescadores Z-21 de Belmonte.
- XXIV - Associação das Marisqueiras de Belmonte
- XXV - Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Una

4.3. *Estratégias de r-existência da Resex Canavieiras*

Após elucidados os conflitos de múltiplas escalas ligados à Resex na seção anterior, serão apresentados os movimentos e territorialidades que asseguram a gestão desse território, seja por meio

TABELA 3 – Estratégias de r-existência da Resex Canavieiras.

Marcos regulatórios	Estratégias de r-existência
4.3.1	<p>Acordo de Pesca, Contrato de Concessão do Direito Real de Uso (CCDRU), Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras (CDRC) e seu Plano de Manejo</p>
	<p>As regras de usos específicas à realidade local de Canavieiras estão condicionadas ao <i>Acordo de Pesca de Canavieiras</i>²⁸, criado em 2006. O Acordo de Pesca foi uma reivindicação dos pescadores concomitantemente à solicitação da Resex em Canavieiras, sendo que o Acordo de Pesca foi aprovado primeiro do que a Resex e, portanto, é válido para todo o município. Esse Acordo de Pesca construído em nível municipal é uma demonstração da capacidade de organização dos pescadores de Canavieiras para o embate pelo reconhecimento de demandas políticas e socioambientais específicas ao contexto local.</p> <p>Quanto ao CCDRU, após quase dez anos de espera e muita pressão por parte dos extrativistas, sua chegada foi considerada uma grande conquista²⁹. Finalmente, toda a área da União em que está a Resex foi concedida por meio do CCDRU. Até dezembro de 2015, somente o território que corresponde ao perímetro marinho estava assegurado para os pescadores artesanais da Resex. A vigência do CCDRU é de vinte anos, podendo ser prorrogada por igual período.</p> <p>De acordo com as informações concedidas em campo pelo chefe da Resex Canavieiras, houve o seguinte procedimento: o CCDRU foi repassado da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para o ICMBio e do ICMBio para a Associação Mãe dos Extrativistas da Reserva Extrativista de Canavieiras (Amex). Então, a Amex é a concessionária do CCDRU. Entretanto, existe uma área da Resex, próxima à comunidade de Campinhos, que não tem o CCDRU concedido por lá haver uma gleba estadual.</p> <p>Em relação ao Plano de Manejo³⁰, está em processo a sua elaboração, pela segunda vez. Apesar de vários comunitários não concordarem com a imposição de notório saber científico para o seu invento, a situação legal atual ainda os obriga a aceitar a vinda de técnicos e instituições de fora para tal. A estratégia das lideranças dos pescadores para efetuar uma maior participação na construção desse documento foi a de aumentar o número de encontros para discussão, inclusive, dividindo os temas de acordo com os as áreas pertinentes. Para tanto, criaram grupos de trabalhos (GTs). Foram criados GTs de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - proteção; - pesquisa; - turismo; - análise de autorização direta; - Acordo de Gestão³¹; e - acompanhamento da execução de recursos do Programa GEF-Mar.

²⁸ Instrução Normativa (IN) n.º 83/2006 do Ibama. Aos infratores dessa IN, serão aplicadas as penalidades e sanções, respectivamente, previstas na Lei de Crimes Ambientais (n.º 9.605/1998) e no Decreto n.º 6.514/2008, os quais podem ser visualizados, respectivamente em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm> e <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.htm#art153>. Acesso em: 10 ago. 2016.

²⁹ Vide DOU de 30/12/2015 em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/106797690/dou-seciao-3-30-12-2015-pg-161>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

³⁰ IN ICMBio n.º 01/2007. Pode ser visualizada em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/in012007.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

³¹ IN ICMBio n.º 29/2012. Pode ser visualizada em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/IN_29_de_05092012.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2017.

4.3.2	Associações comunitárias	<p>Das 25 instituições que compõem o corpo de gestão da Resex Canavieiras, doze são compostas exclusivamente por extrativistas artesanais, sendo que as principais comunidades estão representadas. Há ainda as Colônias de Pescadores de Canavieiras e de Belmonte que também participam das questões pesqueiras de cunho tradicional. A maioria das associações costuma realizar, pelo menos, uma reunião por mês, mas, quando julgado necessário, reuniões extras são marcadas, havendo, normalmente, um bom número de participantes. O costume de realizar reuniões é anterior à implementação da Resex e, embora a maioria das associações existentes hoje tenha sido cadastrada de forma legal posteriormente à criação da Resex, o costume dos extrativistas de realizar reuniões, mesmo desprovidos de instituições formais, já se fazia presente.</p> <p>Destaque-se que outro diferencial encontrado na Resex Canavieiras diz respeito à existência de uma “associação mãe”; a Amex, criada em 2009. A criação da Amex veio da percepção das lideranças quanto à necessidade de uma organização central que respeitasse as especificidades das entidades já existentes, a fim de fortalecer o processo de gestão comunitária da Resex.</p> <p>As principais demandas são encaminhadas para a Amex, a qual promove reuniões envolvendo representantes de todos os grupos extrativistas quando alguma(s) associação(ões) solicita(m) ou quando surge uma demanda externa, não havendo, portanto, frequência definida. Os principais encaminhamentos da Amex são levados para discussão nas reuniões do Conselho Deliberativo.</p> <p>A Amex organiza anualmente uma reunião de planejamento, na qual todas as ações desejadas para o ano que se inicia devem ser discutidas abertamente. Todas as pessoas físicas e jurídicas que pretendem desempenhar algo na/com a Resex são convidadas a participar e fazer uma fala de apresentação. O intuito é o de os comunitários analisarem a ação proposta posteriormente para julgarem se deve ser posta em prática. Essa prática permite a disseminação abrangente de informação e configura um espaço democrático de discussão. Essa reunião de planejamento anual costuma ocorrer em um espaço físico amplo, como um ginásio de esportes cedido por alguma escola do município.</p>
4.3.3	ONGs e outras instituições	<p>As lideranças entrevistadas têm total esclarecimento de que as ONGs podem assumir uma postura dúbia. Porém não se sentem ameaçadas e nem manipuladas em função de saberem e determinarem aquilo que precisam. Inclusive, se o processo de gestão se encaminhasse para a autogestão, as ONGs não seriam descartadas. Existem três ONGs no corpo de gestão do Conselho Deliberativo: a Conservação Internacional no Brasil (CI-Brasil), PANGEA e o Instituto de Conservação de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica (ECOTUBA). O presidente da Amex diz que as duas primeiras são tidas como importantes parceiras e que possuem “carta branca” na Resex e lamenta o fato de a terceira ter não ter se posicionado em momentos de conflitos.</p>
4.3.4	Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP)	<p>A empresa Queiroz Galvão Exploração e Produção S/A (QGEP) desenvolveu atividades de exploração marítima no Bloco BM-J-2 entre os anos 2011 e 2013. Por conseguinte, foi estabelecido o Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP). A QGEP contratou a empresa “PARTICIPAR” para formular a implementação do PCAP no município de Ilhéus e nos que compõem a Resex Canavieiras (Canavieiras, Belmonte e Una).</p> <p>Poderia ter sido mais um trabalho em que uma empresa particular de consultoria ambiental à serviço de outra empresa privada chega com propostas, planilhas e ações previstas prontas, mas os comunitários da Resex Canavieiras não permitiram. O cenário encontrado pela PARTICIPAR não era o de comunidades dispersas, sem comunicação e mobilização. As lideranças dos três municípios dos quais a Resex faz parte se uniram para exigir que fossem executadas ações apontadas pelas comunidades.</p> <p>De fato, a empresa PARTICIPAR reconheceu e enalteceu o êxito obtido pelas comunidades. A empresa publicou até mesmo em seu sítio eletrônico³² diversos elogios e ainda traçou uma comparação com o método executado em Ilhéus, onde não houve mobilização comunitária.</p>

³² Pode ser visualizado em: <<http://www.participar.srv.br/projetos/projeto/15>>. Acesso em: 30 ago. 2017. Há também uma galeria de fotos nesse endereço.

4.3.5	Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (Bamex)	<p>Tensionando a racionalidade capitalista de sistemas regulatórios heteronômicos que visam o lucro, as comunidades da Resex Canavieiras acataram a ideia da criação de um banco comunitário com circulação monetária simbolizada por uma “moeda extrativista”. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi a proponente da implementação do banco, representada pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES). Por entenderem que se tratava de algo benéfico para os pescadores, as comunidades logo se mobilizaram para que fosse possível realizar esse feito na Resex, tanto que as discussões se iniciaram em 2012 e, em 7 de dezembro de 2013, o Bamex foi inaugurado, tendo a Amex como sede jurídica.</p> <p>O Bamex é o primeiro e único banco a ser fundado no âmbito de uma UC, o que torna a experiência da Resex pioneira e referência. A Moex tem se constituído em uma verdadeira moeda com função social. Muitas são as formas com que os extrativistas vêm conseguindo se beneficiar ao se fortalecerem economicamente por meio de relações de compra e venda mais justas. Para os pescadores, a Moex tem se mostrado uma alternativa segura diante dos atravessadores que acabam ofertando preços injustos para o pescado, aproveitando-se de situações de desespero dos pescadores por vender o produto.</p> <p>O Bamex possui quatro tipos de linhas de créditos: consumo; reforma e construção; produção; e pesca e mariscagem. O presidente da Amex constata que o Bamex vem obtendo êxito porque práticas solidárias e de confiança já são usuais intra comunidades desde o princípio de ocupação do território, a exemplo do escambo.</p>
4.3.6	Rede de Mulheres	<p>Para contrapor esse quadro genérico em que as mulheres permanecem em espaços privados (e de privações) e com menor participação em discussões coletivas, um grupo de mulheres da Resex Canavieiras criou a “Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas Pesqueiras da Bahia”, a qual tem como objetivo principal dar voz às demandas e necessidades das mulheres envolvidas no processo pesqueiro artesanal, propulsando o empoderamento feminino nas esferas política e econômica. A Rede de Mulheres foi criada em 2009 e hoje é constituída por cerca de duas mil mulheres, sendo uma das realizações da Resex e, mais especificamente, das ações da Amex.</p> <p>Apesar de ter nascido com a Resex, não se limita aos municípios de Canavieiras, Belmonte e Una. Há outros três que fazem parte: Santa Cruz Cabralia, Ilhéus e Itacaré. Desde de 2012, a Rede de Mulheres vem obtendo o Serviço de Referência dos Direitos da Mulher (SER-Mulher), o qual visa combater a violência doméstica e apoiar outras demandas específicas das mulheres. Nesse sentido, é prestada assessoria jurídica a mulheres em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Marisqueiras relataram a importância do aprendizado obtido nos encontros da Rede no que tange a cuidados com o próprio corpo ao trabalhar com o beneficiamento do pescado (postura, movimentos repetitivos etc.).</p>

FONTE: Dumith (2017).

de aproveitamento de marcos legais regulatórios advindos de fora; seja por sistemas regulatórios criados internamente (Tabela 3).

5. Considerações finais

Perante o exposto, a Resex Canaveiras se (con)sagra em uma miríade de (re)afirmações, possibilidades e inspiração para aqueles que desejam transcender o plano das ideias para concretizar relações outras, as quais não se limitam às vivenciadas por comunidades pesqueiras artesanais. Os valores “solidariedade” e “cuidado” parecem nortear essas relações. Apesar da intenção de cumprir várias outras metas, há consciência entre as comunidades da Resex de que muitos ainda são os desafios para derrubar as barreiras histórico sociais impostas. Mas, também, muitas são as conquistas tangíveis e intangíveis para ressaltar e servir de motivação às atuais e futuras lutas de r-existência contra a tríade colonialismo, patriarcalismo e capitalismo.

Entretanto, ficou claro que, mesmo dentro de um território com gestão diferenciada – como é o caso das Resex –, a legislação é descumprida e não assegura os devidos cuidados que os modos de vida tradicionais requerem, não representando necessariamente um benefício real ou uma conquista para os extrativistas frente à lógica capitalista. Vê-se que ainda são muitos os desafios a serem enfrentados no que tange à gestão de uma Resex, afinal seu sentido original foi esvaziado. No caso das Resex Marinhas, as quais comumente são compostas por pescadores artesanais, os entraves para a continuidade da sua cultura não são poucos – tal como constatado com relevância em Canaveiras.

Em um Estado de classes, como ocorre no Brasil, o caráter de propriedade estatal das Resex iria contra os interesses dos extrativistas, já que, historicamente, o Estado brasileiro se organiza a favor das classes dominantes. De fato, a participação do Estado na gestão compartilhada dos recursos tidos culturalmente pelos usuários como de propriedade comunal gera divergência de opiniões. É necessário, portanto, rever o sentido do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso para comunidades tradicionais de Reservas Extrativistas. Afinal, inicialmente, o objetivo mor de Chico Mendes no que tange a esse projeto de assentamento agrário – que posteriormente foi denominado como Unidade de Conservação pertencente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – era a autonomia na gestão do território. O formato atual configura uma concessão de território pelo Estado para o Estado.

Referências

- Ab’Saber, A. *Brasil: Paisagens de exceção* – o litoral e o Pantanal mato-grossense, patrimônios básicos. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- Aguiar, P. C. *Transformações socioambientais do município de Canaveiras (Bahia): uma análise à influência da Resex*. Ilhéus, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – UESC, 2011.
- Alier, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- Barbosa, A. *Povos e comunidades tradicionais em luta pelo território: interseções e tensões entre a questão agrária e a questão ambiental*. Niterói, Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFF, 2014.
- Barbosa, A., Porto-Gonçalves, C. W. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. *CESContexto. Desafios aos estudos pós-coloniais:*

- as epistemologias sul-sul, 5, 12-27, 2014.
- Becker, O. A reserva extrativista como instrumento de gestão territorial e ambiental. In: Steinberger, M. (Org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, p. 349-369, 2006.
- Chauí, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- Chauí, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 12.ed., 2001.
- Cunha, C.; Loureiro, C. F. Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. In: *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*. São Paulo, p. 1-25, 2009.
- Curado, I. RESEX Canavieiras: articulação social como resposta aos conflitos vivenciados na criação da Unidade. *Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal, 2014. Disponível em http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401764588_ARQUIVO_ABARESEXcanavieiras.pdf. Consultado em 28/02/2018.
- Cruz, V. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: Acsehrad, H. (Org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1.ed., 1, p. 119-176, 2013.
- Diegues, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 6.ed., 2008.
- Dumith, R. *Tensões territoriais na Reserva Extrativista de Canavieiras (BA): comunidades tradicionais enquanto movimento de r-existência à gestão estatal e sua racionalidade*. Niterói, Tese (Doutorado em Geografia) – UFF, 2017.
- Fals Borda, O. Vigencia de utopias en America Latina. In: Farfán, N.; Guzmán, L. (Orgs.). *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals Borda. Buenos Aires: El Colectivo-Lanzas y Letras-Extensión Libros, p. 449-458, 2012.
- Faoro, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 5.ed. 2012.
- Ferreira, S. R. “*Donos do lugar*”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. Niterói, Tese (Doutorado em Geografia – UFF, 2009.
- Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- Holanda, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 14.ed., 1995.
- Holling, C.; Berkes, F.; Folke, C. Science, sustainability and resource management. In: Berkes, F.; Folke, C. (Orgs.). *Linking Social and Ecological Systems: management practices and social mechanisms for building resilience*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 342-361, 1998.
- Leff, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 4.ed., 2007.
- Leff, E. *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. São Paulo: Cortez, 2012.
- Lucas dos Santos, L. Consumo, hierarquias sociais e colonialidade: na contramão de uma banalização da consciência. In: *Revista Espaço Ética: Educação, Gestão e Consumo*. São Paulo, II, 12-33, 2015.
- Mignolo, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura – Un manifiesto. In: Castro-Gómez, S; Grosfoguel, R. (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, p. 25-45, 2007.
- Moraes, A. C. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Annablume, 4.ed., 2005.
- Morin, E.; Kern, A. B. *Terra-pátria*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- Nascimento, D.; Dominguez, J. M. L. Remanescentes da cobertura vegetal: uma contribuição cartográfica à gestão ambiental na zona costeira dos municípios de Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil. *Cadernos de Geociências*, 7(2), 93-104, 2010.
- Pangea. *Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista de Canavieiras*. Canavieiras: PANGEA, 2007.
- Porto-Gonçalves, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: *II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales – CLACSO*. México, Universidad de Guadalajara, p. 217-256, 2001. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org>.

- ar/ar/libros/cecena/porto.pdf. Consultado em 29/02/2018.
- Porto-Gonçalves, C. W. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. *GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*, 4, 8, 39-60, 2002.
- Porto-Gonçalves, C. W. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. Brasília: Ibama, 2003.
- Porto-Gonçalves, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *GEOgraphia – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*, 8, 16, 41-55, 2006a.
- Porto-Gonçalves, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*, 1, 3, 5-26, 2006b.
- Porto-Gonçalves, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 14.ed., 2006c.
- Porto-Gonçalves, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ceceña, A. (Org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, p. 151-197, 2006d.
- Porto-Gonçalves, C. W. Ecologia e Capital: quando a teoria não esquece o mundo. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, 12, 85-90, 2009.
- Porto-Gonçalves, C. W. Sustentando a Insustentabilidade: Comentários à Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20. *Revista Eletrônica EcoDebate*, 01/02/2012a. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2012/02/01/sustentando-a-insustentabilidade-comentarios-a-minuta-zero-do-documento-base-de-negociacao-da-rio20-artigo-de-carlos-walter-porto-goncalves/>. Consultada em 17/10/2015.
- Porto-Gonçalves, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *INTERthesis*. 9(1), 16-50, 2012b.
- Porto-Gonçalves, C. W. *Os seringueiros e a invenção de um outro paradigma*. Documento Técnico do Movimento Regional por la Tierra, setembro/2015. Disponível em <http://www.porlatierra.org/documentos/brasil/demandas>. Consultado em 23/04/2017.
- Porto-Gonçalves, C. W. Lucha por la Tierra. Ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. *Polis (Revista Latinoamericana)*, 15, 45, 291-316, 2016.
- Porto-Gonçalves, C. W.; Cuin, D. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. *Caderno de Conflitos no Campo – Brasil*, 18-62, 2013.
- Quijano, A. Del polo marginal a la economía alternativa. In: *Cuestiones y Horizontes: De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder*. Buenos Aires: CLACSO, p. 215-262, 2014.
- Rede Mangueamar Bahia. *Mapeamento dos conflitos sócio-ambientais relativos à carcinicultura no Estado da Bahia* (s.d.). Disponível em http://mangroveactionproject.org/mapeamento_bahia. Consultado em 10/03/2016.
- Santos, M. O dinheiro e o território. In: *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2.ed., p. 13-21, 2006.
- Schmidt, A.; Theil, C. M.; Galli, O. Estudos preliminares sobre efeitos de uma mortalidade em massa em uma população de caranguejo-uçá, *ucides cordatus* (LINNAEUS, 1763) (CRUSTACEA, DECAPODA, BRACHYURA), em Caravelas (Bahia-Brasil). *Boletim Técnico-Científico do CEPENE*, 16(1), 43-49, 2008.
- Sousa Santos, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 14.ed., 2013a.
- Sousa Santos, B. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. In: Sousa Santos, B.; Chauí, M. (Orgs.). *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, p. 41-130, 2013b.
- Sousa Santos, B. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2.ed., 2014.
- Thompson, E. *A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII*. Antígona: Lisboa, 2008.
- Wallerstein, I. ¿Qué significa hoy ser un movimiento anti-sistémico? *Observatorio Social de América Latina*, 9, 179-184, 2003.